

**PANORAMA
DA EDUCAÇÃO
DESTAQUES
DO *EDUCATION*
AT A *GLANCE* 2022**

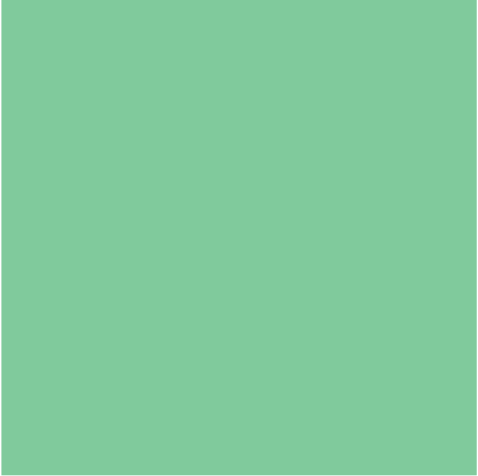
DIRETORIA DE ESTATÍSTICAS
EDUCACIONAIS
DEED

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO | **MEC**

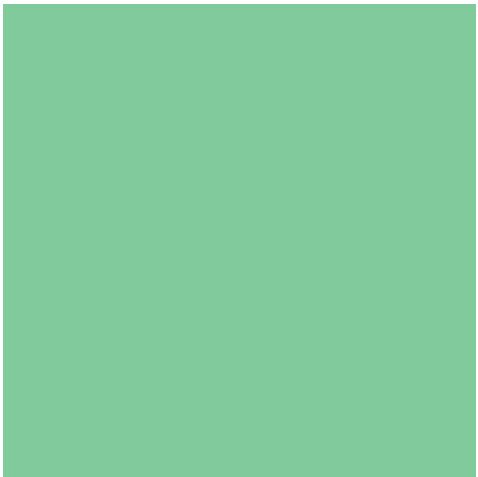
INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS
EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA | **INEP**

DIRETORIA DE ESTATÍSTICAS EDUCACIONAIS | **DEED**



**PANORAMA DA
EDUCAÇÃO**
DESTAQUES
DO *EDUCATION*
AT A GLANCE 2022

Brasília-DF
Inep/MEC
2022



**DIRETORIA DE ESTATÍSTICAS EDUCACIONAIS
(DEED)**

EQUIPE TÉCNICA

Carlos Eduardo Moreno Sampaio
Fábio Pereira Bravin
Camila Neves Souto
Carlos Augusto dos Santos Almeida
Christyne Carvalho da Silva
Juliana Marques da Silva
Rachel Pereira Rabelo

**DIRETORIA DE ESTUDOS EDUCACIONAIS
(DIRED)**

COORDENAÇÃO-GERAL DE EDITORAÇÃO E
PUBLICAÇÕES (CGEP)

Priscila Pereira Santos

DIVISÃO DE PERIÓDICOS (DPE)

Roshni Mariana Mateus

DIVISÃO DE PRODUÇÃO EDITORIAL (DPR)

Ricardo César Blezer

APOIO EDITORIAL

Janaína da Costa Santos

REVISÃO LINGUÍSTICA

Jair Santana Moraes

NORMALIZAÇÃO

Aline do Nascimento Pereira

PROJETO GRÁFICO CAPA/MIOLO

Marcos Hartwich/Raphael C. Freitas

DIAGRAMAÇÃO E ARTE-FINAL

José Miguel dos Santos

REVISÃO GRÁFICA

Érika Janaína de Oliveira Saraiva

A exatidão das informações e os conceitos e opiniões emitidos
são de exclusiva responsabilidade dos autores.

ESTA PUBLICAÇÃO NÃO PODE SER VENDIDA. DISTRIBUIÇÃO GRATUITA.

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

Brasil. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira.

Panorama da educação : destaques do Education at a Glance 2022 [recurso eletrônico]. – Brasília, DF:
Inep, 2022.

24 p. : tab.

ISBN : 978-65-5801-062-3

1. Panorama da Educação. 2. Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico. I. Instituto
Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira.

CDU 31:37



SUMÁRIO

ESTA PUBLICAÇÃO POSSUI SUMÁRIO INTERATIVO
PARA RETORNAR AO SUMÁRIO, CLIQUE NO NÚMERO
DA PÁGINA EM CADA SEÇÃO

APRESENTAÇÃO	5
CAPÍTULO A – OS RESULTADOS EDUCACIONAIS E O IMPACTO DA APRENDIZAGEM	7
A escolaridade feminina no ensino superior	7
Impactos da escolaridade nas taxas de emprego	8
Ganhos econômicos segundo o nível de escolaridade	9
CAPÍTULO B – ACESSO À EDUCAÇÃO, PARTICIPAÇÃO E PROGRESSÃO	11
Taxa bruta de matrícula	11
Taxa de conclusão na educação superior	13
Acesso das crianças à educação formal (um ano antes da idade oficial de ingresso no ensino fundamental)	14
CAPÍTULO C – RECURSOS FINANCEIROS INVESTIDOS NA EDUCAÇÃO	15
Composição do gasto público total em educação como percentual do gasto público total do governo	15
Evolução do gasto público total em educação e gasto público total do governo entre 2015 e 2019	16
Fontes de recursos do financiamento público para o ensino superior	18
CAPÍTULO D – PROFESSORES, O AMBIENTE DE APRENDIZAGEM E A ORGANIZAÇÃO DAS ESCOLAS	20
Organização do sistema de ensino	20
Formação Inicial de Professores	22
Perfil dos professores da educação superior	23
REFERÊNCIAS	24



APRESENTAÇÃO

O Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), por meio do *Panorama da Educação*, apresenta e comenta, a partir de um olhar nacional, os destaques da publicação anual *Education at a Glance* (EaG), da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), com dados do Brasil e de mais 40 países. A publicação oferece uma visão geral dos sistemas educacionais dos países-membros da OCDE e países parceiros, entre eles o Brasil, com o intuito de estimular a comparabilidade internacional.

A edição 2022 do EaG teve como destaque de análise a educação superior sob a perspectiva de comparabilidade internacional.

O *Panorama da Educação* está organizado em capítulos com a mesma estrutura do EaG, ou seja: Capítulo A: Os resultados educacionais e o impacto da aprendizagem; Capítulo B: Acesso à educação, participação e progressão; Capítulo C: Recursos financeiros investidos na educação; e Capítulo D: Professores, o ambiente de aprendizagem e a organização das escolas. Porém, reúne alguns destaques do Brasil, a partir de temáticas-chave do País, além de temas globais referentes aos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS).

As tabelas e figuras produzidas com base nos indicadores e informações presentes no EaG 2022, bem como nos indicadores oficiais produzidos no País, em sua maioria, estão com o ano de referência de 2020 e 2021.

A publicação EaG 2022 pode ser acessada, assim como as suas tabelas, quadros e figuras no seguinte endereço da internet: <<https://www.OCDE.org/education/education-at-a-glance/>>.

As informações nacionais podem ser encontradas nos microdados do Inep, no seguinte endereço eletrônico: <<https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/pesquisas-estatisticas-e-indicadores/estatisticas-educacionais-internacionais>>.

O *Panorama da Educação* apresenta apenas alguns dos indicadores do EaG e de outras publicações e bases de dados disponibilizadas no âmbito do Programa Sistema de Indicadores Educacionais (Ines) da OCDE. Assim, espera-se que o leitor se sinta convidado a conhecer o amplo trabalho executado pelo Inep nesse Programa, explorando mais possibilidades analíticas que os temas proporcionam.

QUADRO 1
SÍNTESE DE INDICADORES

Indicador	Médias	
	Brasil	OCDE
Ganhos da escolarização no mercado de trabalho		
Taxa de escolaridade feminina de 25 a 34 anos de idade no ensino superior.	57,0%	57,0%
Taxa de escolaridade feminina de 55 a 64 anos de idade no ensino superior.	59,0%	52,0%
Taxa de emprego, entre os indivíduos de 25 a 34 anos com graduação completa (2020).	82,0%	83,0%
Razão dos ganhos relativos dos trabalhadores de 25 a 64 anos com nível superior em relação aos que possuem até ensino fundamental completo (2020).	394	205
Acesso e conclusão da população na educação formal		
Taxa bruta de matrícula (TBM) no ensino superior na faixa etária de cinco anos imediatamente após a idade teórica de conclusão do ensino médio (2020).	55,0%	76,0%
Taxa de conclusão média na educação superior na duração teórica do curso (N) (2020)	33,0%	39,0%
Taxa de conclusão média na educação superior três anos após o final da duração teórica (N+3) (2020).	49,0%	67,0%
Percentual de crianças que estão matriculadas no ensino formal um ano antes da idade oficial de ingresso no ensino fundamental (2020).	93,0%	98,0%
Gasto público em educação		
Percentual do gasto público total na área de educação (2019).	14,0%	10,6%
Percentual do gasto público total na área de educação superior (2019).	3,6%	2,8%
Evolução do gasto público total em educação (ensino fundamental ao ensino superior) entre 2015 e 2019.	-3,5%	8,0%
Evolução do gasto público total entre 2015 e 2019.	-1,0%	11,0%
Percentual dos fundos públicos para ensino superior provenientes do governo central.	73,0%	88,0%
Perfil e condições de trabalho dos docentes		
Salário estatutário inicial dos professores nos anos finais do ensino fundamental (em USD equivalente convertido em PPP).	14.345	37.466
Percentual de docentes da educação superior que possuem mais de 50 anos de idade.	30,9%	40,4%

Fonte: Elaboração própria.



CAPÍTULO A

OS RESULTADOS EDUCACIONAIS E O IMPACTO DA APRENDIZAGEM

O capítulo A do *Education at a Glance 2022* apresenta indicadores sobre os resultados educacionais, tais como a escolaridade da população adulta e o seu impacto no acesso ao mercado de trabalho.

O Panorama destaca indicadores que retratam a evolução da escolaridade da população feminina e masculina nas últimas décadas, os impactos da escolaridade nas taxas de emprego e os ganhos na média salarial dos trabalhadores que possuem nível superior em relação àqueles que possuem apenas nível médio.

A ESCOLARIDADE FEMININA NO ENSINO SUPERIOR

A escolarização da população feminina adulta, entre 55 e 64 anos de idade, no Brasil, alcança 59% com graduação, mestrado ou doutorados concluídos, enquanto para a média dos países da OCDE essa proporção é de 52%. Entretanto, essa proporção no grupo de mulheres mais jovens, ente 25 a 34 anos de idade, no Brasil, se reduz para 57% (a mesma proporção encontrada na média dos países da OCDE). Esse comportamento indica que uma parcela da população feminina conclui o nível superior entre 35 e 54 anos, ou seja, entre a população com esses níveis de escolaridade, as mulheres jovens brasileiras compõem menos em sua faixa etária do que as mulheres mais idosas. Esse fenômeno ocorre também em outros poucos países com dados disponíveis: Estônia, Letônia, Colômbia, Lituânia, conforme consta no Gráfico 1.

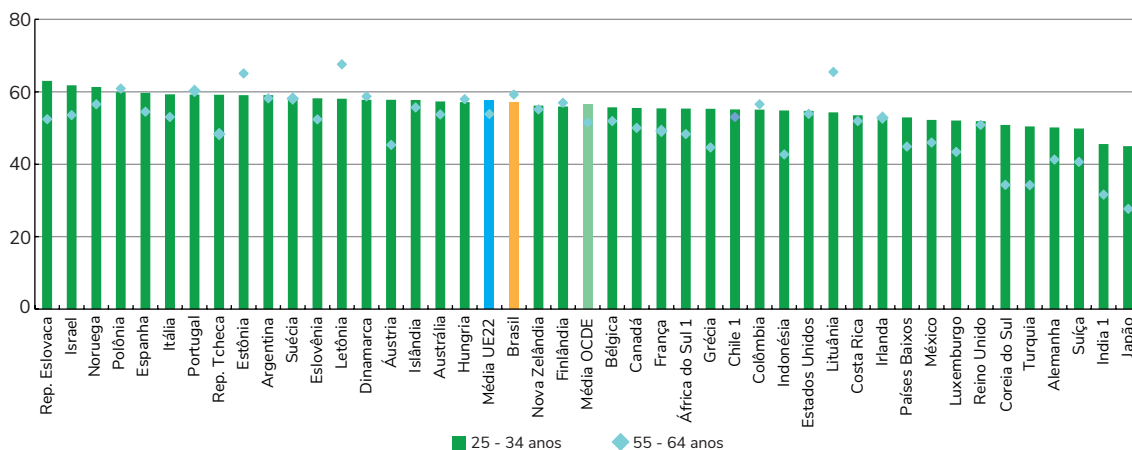


GRÁFICO 1

PROPORÇÃO DE MULHERES ENTRE ADULTOS COM NÍVEL SUPERIOR, POR FAIXA ETÁRIA (2021)

Fonte: OECD (2022, p. 40).

Nota: Os países são classificados em ordem decrescente da proporção de mulheres entre 25 e 34 anos com ensino superior (bacharelado, mestrado ou doutorado).

(1) O ano de referência é diferente de 2021.

IMPACTOS DA ESCOLARIDADE NAS TAXAS DE EMPREGO

O nível de escolaridade e a taxa de emprego são fortemente correlacionados. As economias modernas dependem de uma oferta de trabalhadores altamente qualificados e esses profissionais obtêm benefícios significativos no mercado trabalho. Na média dos países e economias da OCDE, em 2021, a taxa de emprego, entre os indivíduos com ensino superior completo, foi de 84%, enquanto para os indivíduos que possuem ensino médio completo foi de 75% e com ensino fundamental completo, 58%.

Como pode ser observado no Gráfico 2, no ano 2021, entre a maioria da população de 25 a 34 anos dos países da OCDE, há uma correlação positiva entre a taxa de emprego e os níveis da educação superior: cursos sequenciais, graduação ou mestrado. Na média dos países e economias da OCDE, os indivíduos com mestrado (88%) apresentam a maior taxa de emprego em comparação aos com graduação (83%) e sequenciais (82%).

No Brasil, observa-se que a taxa de emprego das pessoas que possuem mestrado (80%) é ligeiramente menor do que a das que possuem somente graduação (82%). Esse comportamento também é observado em países como Eslovênia, Nova Zelândia e Reino Unido, que diferem da maioria dos países e economias com dados disponíveis, onde a taxa de emprego dos profissionais com mestrado é maior do que daqueles com graduação.

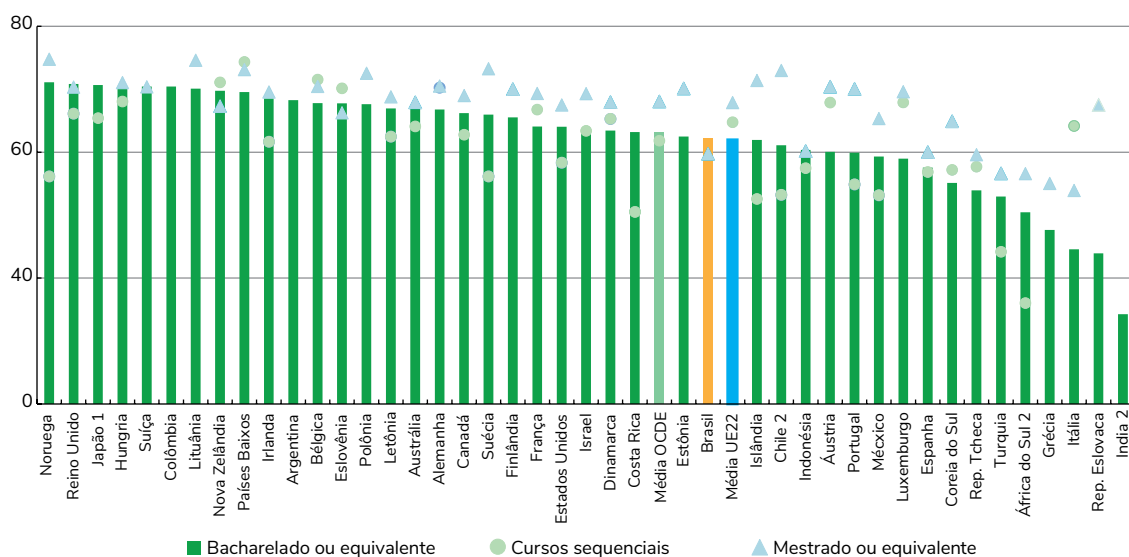


GRÁFICO 2

TAXAS DE EMPREGO DE 25 A 34 ANOS, POR NÍVEL DE ENSINO NA EDUCAÇÃO SUPERIOR (2021) PERCENTUAL DE EMPREGADOS DE 25 A 34 ANOS NA POPULAÇÃO DE 25 A 34 ANOS DE IDADE

Fonte: OECD (2022, p. 65).

Notas: (1) Os dados para o ensino superior incluem programas de ensino médio ou pós-secundário não superior (menos de 5% dos adultos estão neste grupo).

(2) O ano de referência difere de 2021.

GANHOS ECONÔMICOS SEGUNDO O NÍVEL DE ESCOLARIDADE

Níveis mais altos de escolaridade geralmente se refletem em melhores oportunidades de emprego e maiores rendimentos. Entre os países da OCDE, os trabalhadores com ensino superior completo chegam a ganhar duas vezes a mais do que os trabalhadores com até ensino fundamental completo.

Como observa-se no Gráfico 3, entre os países e economias com dados disponíveis, o Brasil é o que apresenta o maior ganho dos trabalhadores com ensino superior em comparação com os trabalhadores com até ensino fundamental completo. A diferença chega a ser quase quatro vezes a mais de ganho para os profissionais brasileiros de nível superior. Nos países Estônia e Nova Zelândia, os trabalhadores de ensino superior apresentam ganhos com menos de 50% a mais do que os de ensino fundamental completo.

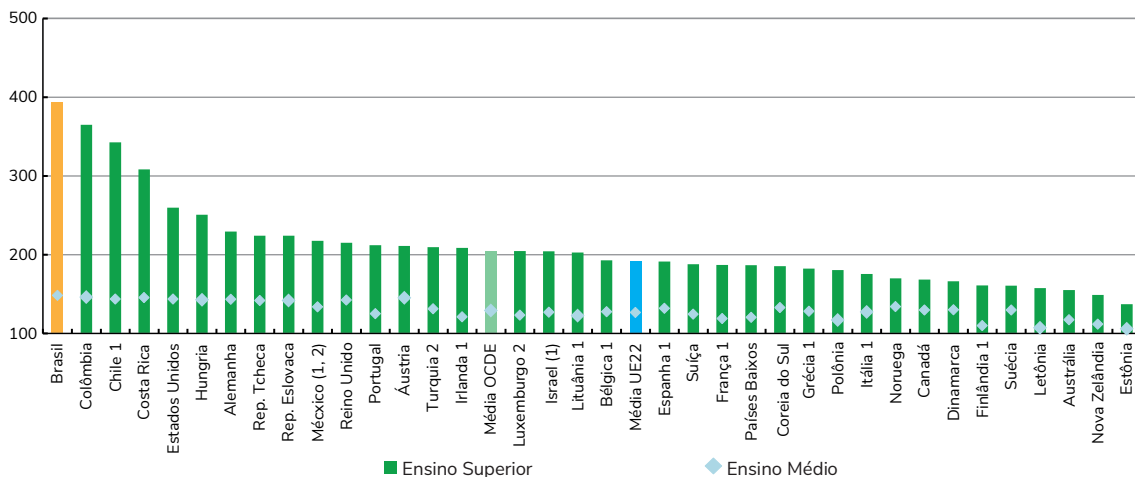


GRÁFICO 3

RAZÃO ENTRE A REMUNERAÇÃO BRUTA DOS TRABALHADORES DE 25 A 64 ANOS EM RELAÇÃO AOS TRABALHADORES QUE POSSUEM ATÉ ENSINO FUNDAMENTAL COMPLETO, POR ESCOLARIDADE (2020)

Fonte: OECD (2022, p. 80).

Nota: Existem diferenças entre os países na inclusão/exclusão de rendimentos zero e negativos.

1. O ano de referência é diferente de 2020.
2. Lucro líquido de imposto de renda.



CAPÍTULO B

ACESSO À EDUCAÇÃO, PARTICIPAÇÃO E PROGRESSÃO

O capítulo B do *Education at a Glance* apresenta indicadores sobre o acesso, a participação e a progressão da população no sistema educacional dos países.

Na maioria dos países da OCDE, 90% da população está matriculada na faixa etária respectiva à educação obrigatória. Já no Brasil, onde a faixa etária para escolaridade obrigatória é de 4 a 17 anos, o percentual de pelo menos 90% da população matriculada é atingido apenas na faixa de 5 a 15 anos. No Brasil, 34% dos jovens de 18 a 24 anos estão matriculados no ensino médio ou superior, o que é significativamente abaixo da média da OCDE de 54%.

A edição do *Education at a Glance 2022* teve como foco a educação superior, em destaque neste capítulo com os indicadores: taxa bruta de matrícula e taxa de conclusão nesta etapa de ensino. Além desses indicadores, destaca-se ainda o indicador 4.2.2 da Agenda 2030 que mede o acesso à educação formal de crianças antes da entrada no ensino fundamental.

TAXA BRUTA DE MATRÍCULA

A agenda 2030 reconhece a importância do acesso ao ensino superior por meio de indicadores como o ODS 4.3.2, que corresponde à taxa bruta de matrícula (TBM) da população nesta etapa de ensino. O Brasil está entre os cinco países com menor TBM na educação superior (Gráfico 4), correspondente a 55%, sendo 34,2% fora da faixa etária de 18 a 22 anos e 20,3% nessa faixa etária. A média da TBM dos países da OCDE é 76%.

Em mais de um terço dos países com dados disponíveis, mais de 60% dos estudantes do ensino superior possuem idade superior ao grupo etário teórico dessa etapa de ensino. A menor proporção de alunos fora da faixa etária teórica para o ensino superior encontra-se na França (31%) e a maior na Finlândia (76%) (Gráfico 4).

Na maioria dos países com dados disponíveis, a TBM no ensino superior é mais alta para as mulheres do que para os homens. As exceções são Japão, Coreia e Turquia, onde os homens superam as mulheres no ensino superior. Em contrapartida, a disparidade de gênero em favor das mulheres é particularmente significativa na Islândia, Suécia, Nova Zelândia, Eslovênia, Estônia, República Eslovaca, Israel, Noruega, Polônia, Lituânia e Brasil, onde as mulheres têm pelo menos 40% mais probabilidade de estar matriculadas no ensino superior do que homens.

O indicador 4.2.2 da Agenda 2030 mede o percentual de crianças que estão matriculadas no ensino formal um ano antes da idade oficial de entrada no ensino fundamental. **Essa faixa etária pode diferir entre os países, a depender da idade teórica de ingresso no ensino fundamental. No Brasil, essa idade corresponde aos 5 anos** (idade anterior à idade teórica oficial de ingresso)

O índice médio de paridade de gênero nos países da OCDE é de 1,3, enquanto no Brasil esse índice é de 1,4, ou seja, para cada homem matriculado na educação superior, há 1,3 mulheres matriculadas na média OCDE e 1,4 mulheres matriculadas no Brasil.

O indicador 4.3.2 da Agenda 2030 mede a taxa bruta de matrícula (TBM) no ensino superior, calculado como o número total de alunos matriculados no ensino superior – independentemente da idade –, como uma porcentagem da população na faixa etária de cinco anos imediatamente após a idade teórica de conclusão do ensino médio (correspondente a 18- 22 anos no Brasil). Essa faixa etária pode diferir entre os países, a depender da idade teórica de conclusão do ensino médio.

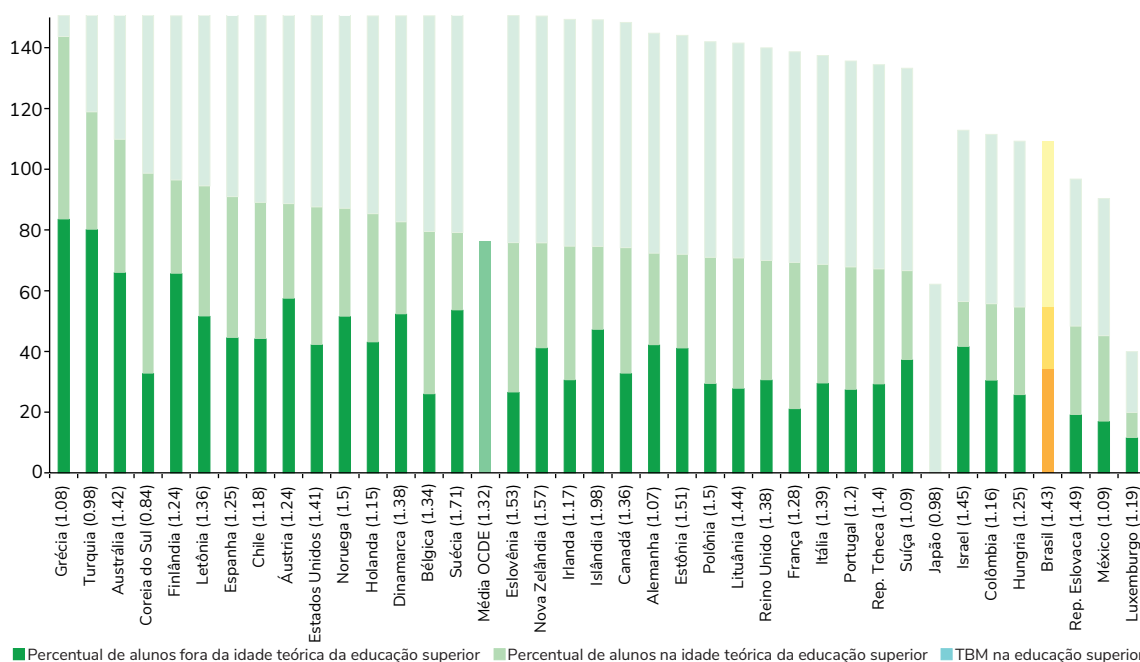


GRÁFICO 4

INDICADOR ODS 4.3.2: TAXA BRUTA DE MATRÍCULA PARA O ENSINO SUPERIOR (2020)

Fonte: OECD (2022, p. 133).

Nota: A faixa etária teórica representa a faixa etária de 5 anos imediatamente após o ensino médio. Se a idade oficial de entrada no ensino secundário for de 15 anos e a duração for de 3 anos, a faixa etária para o ensino superior é de 18 a 22 anos. No entanto, essa faixa etária nem sempre capta a realidade da faixa etária dos alunos matriculados no ensino superior (idade teórica para o ensino superior). Na verdade, os mestrandos e doutorandos costumam ser mais velhos do que a faixa etária teórica. Além disso, existem várias razões para o atraso na entrada no ensino superior (ver Caixa B4.1 no indicador B4). O número entre parênteses corresponde ao índice de paridade de gênero, discutido a seguir, onde o numerador é a taxa bruta de matrícula para as mulheres e o denominador a razão para os homens.

TAXA DE CONCLUSÃO NA EDUCAÇÃO SUPERIOR

O indicador taxa de conclusão na educação superior pode mostrar a eficiência dos sistemas de ensino na formação de novos profissionais de nível superior. É possível uma variedade de fatores influenciar nas taxas de conclusão, incluindo as características socioeconômicas e a formação educacional anterior dos alunos. Porém, também é comum entre os países a não conclusão por mudanças na opção de curso, oportunidade de emprego atraente antes de concluir o programa, ou mesmo matrículas em alguns cursos como parte da aprendizagem ao longo da vida ou requalificação, como ocorre na Comunidade Flamengo da Bélgica (OECD, 2022).

Entre os países que informaram dados utilizando o método da *coorte verdadeira* para cálculo do indicador taxa de conclusão média na educação superior (Gráfico 5), a taxa na duração teórica do curso (N) foi de 39% dos estudantes. Três anos após o final da duração teórica ($N+3$), a conclusão média aumenta para 67%.

O Brasil possui a menor taxa de conclusão em três anos após o final da duração teórica (49%) e, na duração teórica do curso possui uma taxa de 33%, abaixo da média dos países com dados disponíveis.

De forma geral, a taxa de conclusão em $N+3$ aumenta mais nos países onde a taxa em N é menor. A taxa de conclusão nos três anos adicionais aumenta em 40 pontos percentuais ou mais na Colômbia, Holanda, Nova Zelândia e Suíça.

Conforme o Gráfico 5, em todos os países com dados disponíveis, as mulheres possuem maiores taxas de conclusão do que os homens. Apesar de as mulheres brasileiras apresentarem melhor desempenho (36,2 em N e 52,4 em $N+3$) em relação aos homens (28,2 em N e 43,7 em $N+3$), quando comparamos as diferenças entre as taxas do Brasil e a média dos países, a diferença em pontos percentuais é maior entre as mulheres (7,6 pp e 20,1 pp em N e $N+3$, respectivamente) do que entre os homens (4,4 pp e 17,2 pp em N e $N+3$, respectivamente).

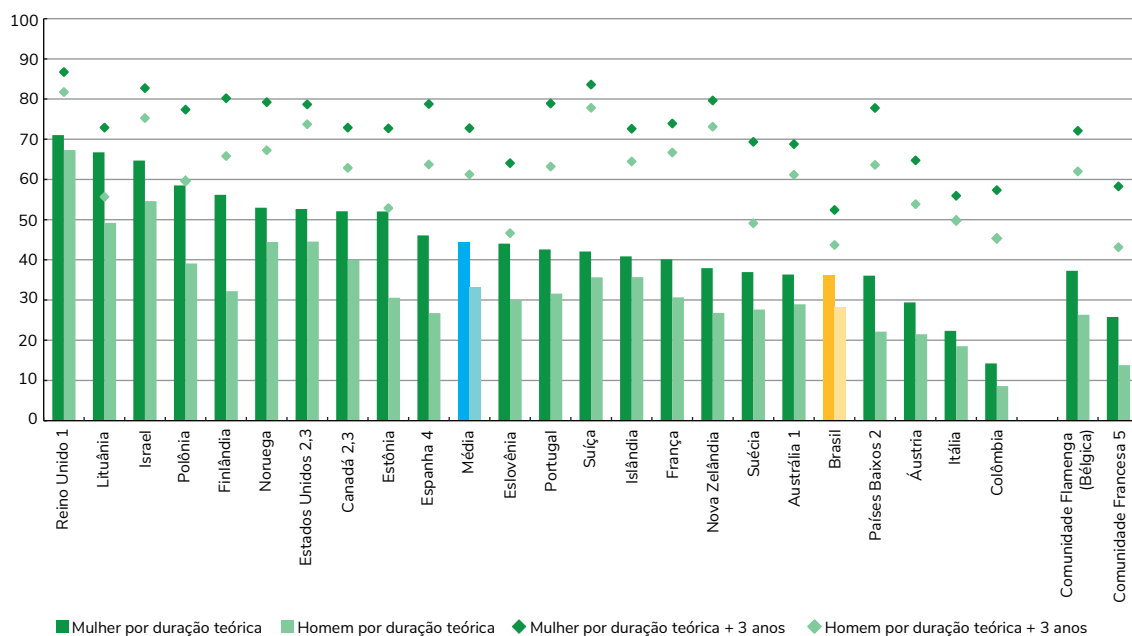


GRÁFICO 5

TAXAS DE CONCLUSÃO DOS ALUNOS QUE INGRESSARAM EM UM CURSO DE GRADUAÇÃO, POR GÊNERO E TEMPO DE CURSO (2020)

Fonte: OECD (2022, p. 199).

ACESSO DAS CRIANÇAS À EDUCAÇÃO FORMAL (UM ANO ANTES DA IDADE OFICIAL DE INGRESSO NO ENSINO FUNDAMENTAL)

A agenda do ODS-4 reafirma a importância do acesso à educação formal na primeira infância em seu indicador 4.2, que estabelece como meta “até 2030, garantir que todos as meninas e meninos tenham acesso a um desenvolvimento de qualidade na primeira infância, cuidados e educação pré-escolar, de modo que eles estejam prontos para o ensino primário” visando promover oportunidades de aprendizagem a todos os indivíduos ao longo da vida.

Na maioria dos países da OCDE (33 de 38), mais de 90% das crianças com um ano de idade anterior à idade teórica de entrada no ensino fundamental estão matriculadas na educação formal. Em 12 dos 29 países que estabeleceram metas específicas para o indicador 4.2.2, as taxas já estão acima da meta estabelecida para 2030. Apenas três países, Brasil, Coreia e República Eslovaca, ainda não atingiram a universalização do atendimento escolar das crianças no ano anterior de ingresso no ensino fundamental.

Em 2020, a média OCDE de matriculados foi de 98%, acima da meta proposta de 96%. O Brasil registrou, no mesmo período, taxa de 93% de alunos com cinco anos de idade matriculados na pré-escola, conforme consta no Gráfico 6.

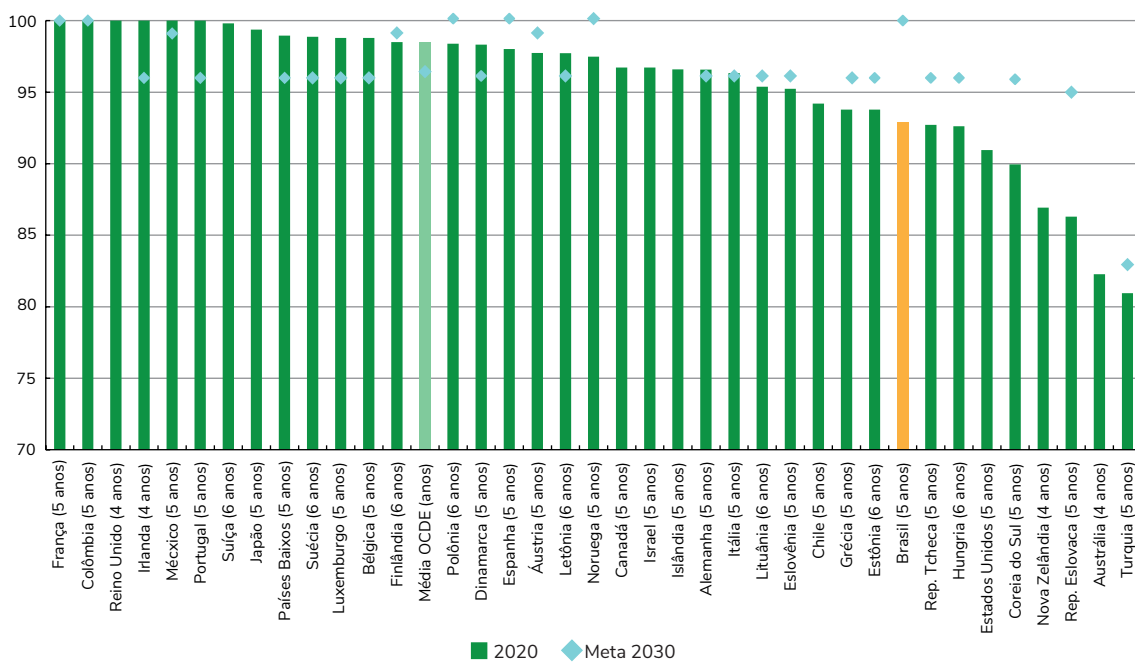


GRÁFICO 6

INDICADOR ODS 4.2.2: TAXA DE PARTICIPAÇÃO NO ENSINO FORMAL DAS CRIANÇAS COM IDADE UM ANO ANTES DA IDADE OFICIAL DE INGRESSO NO ENSINO FUNDAMENTAL, EM RELAÇÃO AOS VALORES DE REFERÊNCIA (2020)

Fonte: OECD (2022, p. 150).



CAPÍTULO C

RECURSOS FINANCEIROS INVESTIDOS NA EDUCAÇÃO

Este capítulo apresenta indicadores relacionados aos recursos financeiros investidos pelos países na área educacional. Em destaque, são observados a composição do gasto público total em educação como percentual do gasto público total do governo no ano de 2019, a evolução do gasto público total em educação e o gasto público total do governo entre 2015 e 2019, além da composição da fonte de recursos aplicados na educação superior.

COMPOSIÇÃO DO GASTO PÚBLICO TOTAL EM EDUCAÇÃO COMO PERCENTUAL DO GASTO PÚBLICO TOTAL DO GOVERNO

O gasto público total do governo serve para prover diversos serviços públicos que englobam, por exemplo, saúde, educação, segurança pública, defesa nacional, saneamento, assistência social, etc. A decisão de alocação de recursos públicos entre diferentes serviços públicos depende de um conjunto de decisões técnico-políticas dos países. O gasto público em educação é essencial para assegurar o direito de educação para todos os membros da sociedade, uma vez que não há garantia de que o mercado proveja equidade no acesso às oportunidades educacionais.

A partir dos dados disponibilizados, pode-se verificar o percentual do gasto público em educação em relação ao gasto público total do governo e sua composição entre as etapas de ensino. Em 2019, do ensino fundamental ao ensino superior, o Brasil investiu 14% do gasto público total na área de educação, enquanto na média dos países e economias-membros da OCDE esse percentual foi de 10,6%.

No Brasil, o percentual do gasto público em educação como percentual do gasto público total do governo em 2019, do ensino fundamental ao ensino médio, foi de 10,4%, sendo 4,1% nos anos iniciais do ensino fundamental, 3,4% nos anos finais do ensino fundamental e 2,9% no ensino médio. A média, entre todos os países e economias-membros da OCDE, é de 7,8% do ensino fundamental ao ensino médio.

No ensino superior, a média dos países da OCDE, em 2019, foi de 2,8% do gasto público total em educação como percentual do gasto público total do governo, enquanto o Brasil apresentou o percentual de 3,6%.

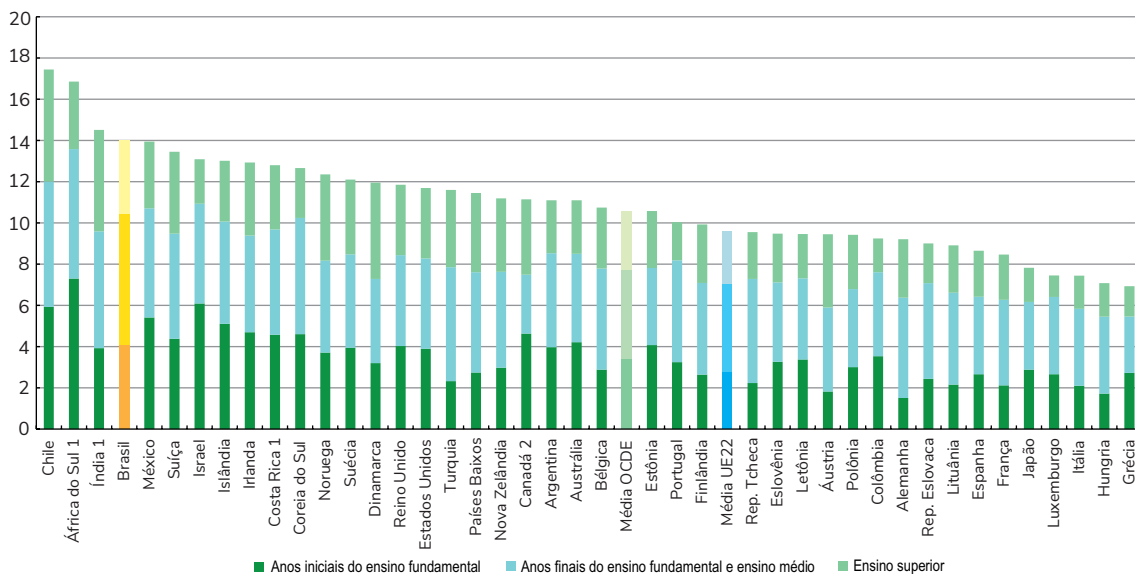


GRÁFICO 7

COMPOSIÇÃO DO INVESTIMENTO PÚBLICO TOTAL EM EDUCAÇÃO COMO PERCENTUAL DO GASTO PÚBLICO TOTAL DO GOVERNO POR ETAPA DE ENSINO (2019)

Fonte: Fonte: OECD (2022, p. 280).

Notas: Gasto do ensino fundamental ao ensino superior (incluindo P&D), em percentual.

(1) Ano de referência difere de 2019.

(2) Inclui programas da etapa pré-primária.

EVOLUÇÃO DO GASTO PÚBLICO TOTAL EM EDUCAÇÃO E GASTO PÚBLICO TOTAL DO GOVERNO ENTRE 2015 E 2019

Entre 2015 e 2019, houve uma redução de 3,5% no gasto público total em educação do ensino fundamental ao ensino superior no Brasil. Em sentido oposto, a média dos países e economias-membros da OCDE apresentou um crescimento de 8% no período. Além do Brasil, entre os países com dados disponíveis no EaG 2022, somente México (10,5%), Letônia (9,2%) e Finlândia (3,3%) apresentaram redução no gasto público total em educação.

No mesmo período, a média dos países e economias-membros da OCDE, para gasto público total do governo, foi de 11% de crescimento, maior do que crescimento no gasto público total em educação (8%). Diante disso, a proporção dos investimentos públicos em educação como percentual do gasto público total do governo caiu ligeiramente em média nos países da OCDE (cerca de 2%).

Segundo dados do *Education at a Glance 2022*, observa-se, para o Brasil, uma ligeira redução de 1% no gasto público total do governo. No caso do País, a redução do gasto público total em educação (3,5%) foi maior do que a redução no gasto público total do governo. Isso resulta na redução de 2,4 % no gasto público total em educação como percentual do gasto público total do governo no período de 2015 a 2019.

Como pode ser observado no Gráfico 7, o Brasil exibe uma redução de 5% no gasto público total em educação do ensino fundamental ao ensino médio e um crescimento de 2% no ensino superior entre 2015 a 2019. A média dos países e economias da OCDE foi de crescimento de 10% do ensino fundamental ao ensino médio e crescimento de 2% no ensino superior. Os países que apresentam redução no gasto público total em educação do ensino fundamental ao ensino médio são somente: México (9%), Brasil (5%), Letônia (5%) e Reino Unido (4%).

Cabe observar, no período de 2015 a 2019, conforme consta do Gráfico 7, que os únicos países que apresentam redução do gasto público total do governo são: Grécia (8%), Eslováquia (1%) e Brasil (1%). Destaca-se, ainda, que o Brasil é o único que apresenta redução tanto para o gasto público total em educação do ensino fundamental ao ensino médio quanto para o gasto público total do governo.

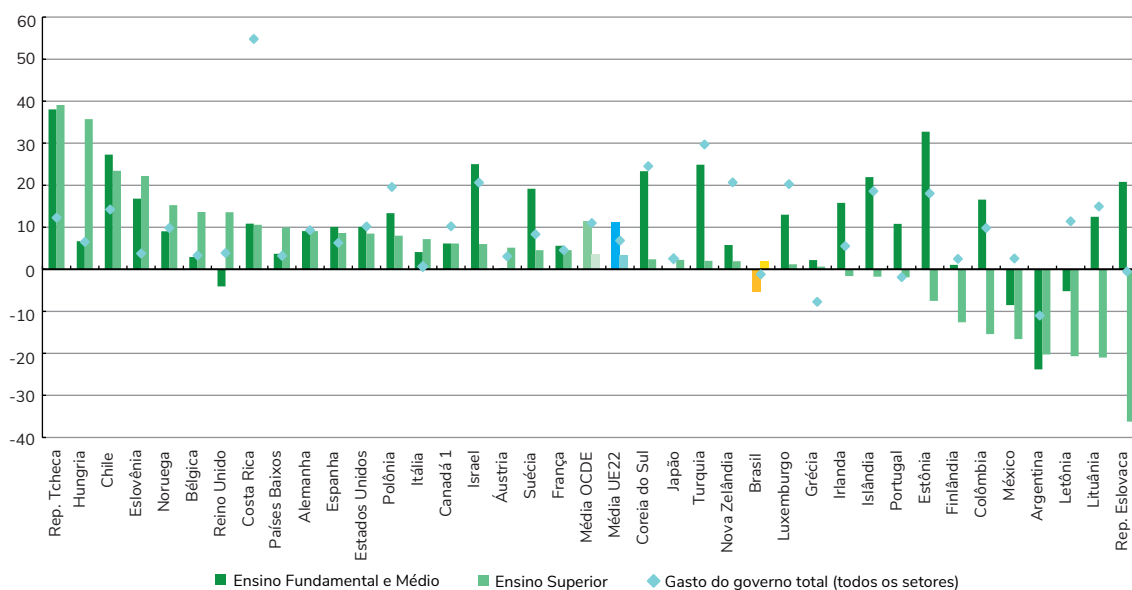


GRÁFICO 8

EVOLUÇÃO DO GASTO PÚBLICO TOTAL EM EDUCAÇÃO E GASTO PÚBLICO TOTAL DO GOVERNO ENTRE 2015 E 2019

Fonte: OECD (2022, p. 245).

Nota: Do ensino fundamental ao ensino superior, em percentual, preços constantes

(1) Inclui programas da etapa pré-primária.

FONTES DE RECURSOS DO FINANCIAMENTO PÚBLICO PARA O ENSINO SUPERIOR

Segundo a publicação *Education at a Glance 2022*, a divisão da responsabilidade pelo financiamento da educação entre os níveis de governo (central, regional e local) é um elemento importante da política educacional. Decisões importantes sobre o financiamento da educação são tomadas tanto no nível de governo em que os fundos se originam quanto no nível de governo em que eles são gastos. O nível de governo da fonte originária dos recursos decide sobre os montantes de financiamento e impõe condições sobre o uso dos fundos. O nível de governo em que são aplicados os gastos tem diferentes graus de poder discricionário sobre como os fundos são gastos.

Os países apresentam diferentes arranjos na transferência de recursos para financiamento da educação entre os níveis de governo, podendo ser mais ou menos centralizados ou descentralizados. Altos níveis de centralização podem causar atrasos na tomada de decisões, além de que decisões tomadas longe das pessoas afetadas podem falhar no atendimento às necessidades locais. No entanto, em sistemas altamente descentralizados, diferentes unidades de governo podem diferir no nível de recursos educacionais que eles gastam com os alunos, seja devido às diferentes prioridades relacionadas à educação ou às diferenças em sua capacidade de angariar fundos. Grandes variações nos padrões e recursos educacionais também podem levar a oportunidades educacionais desiguais e atenção insuficiente aos requisitos nacionais de longo prazo (OECD, 2022).

Como pode ser observado no Gráfico 8, nos países e economias com dados disponíveis, o financiamento público no ensino superior é fortemente centralizado. Geralmente, o financiamento público é mais centralizado no nível superior do que nos níveis mais baixos de educação. Em 2019, em média, nos países da OCDE, 88% dos fundos públicos para o ensino superior vieram do governo central. Este nível de governo é a principal fonte de financiamento do ensino superior. Na educação básica, a média nos países da OCDE foi de 59% dos fundos públicos provenientes do governo central, antes das transferências para os vários níveis de governo.

No Brasil, observa-se no Gráfico 8, que os fundos públicos para o ensino superior, também, são controlados pelo governo central, representando 73%, enquanto 26% dos fundos estão sob a responsabilidade dos estados. Em contraste com o Brasil e a maioria dos países participantes, somente Bélgica (17%), Espanha (18%), Alemanha (27%) e Suíça (34%) apresentam, relativamente, fundos públicos mais baixos provenientes do governo central no ensino superior.

Os municípios brasileiros, autoridades locais, não têm papel importante no financiamento do ensino superior, representando 1%. Essa representação de baixa importância dos governos locais é observada em todos os países com dados disponíveis no EaG 2022 (Gráfico 8).

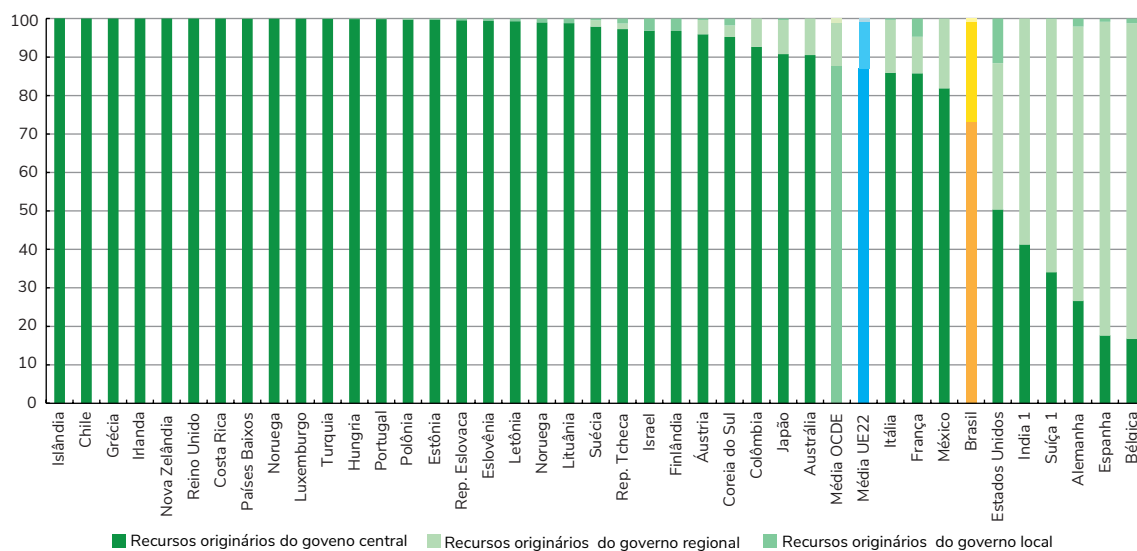



GRÁFICO 9

DISTRIBUIÇÃO DOS FUNDOS DE FINANCIAMENTO PÚBLICO PARA O ENSINO SUPERIOR, POR FONTE DE RECURSOS / NÍVEL DE GOVERNO (2019) (EM PERCENTUAL)

Fonte: OECD (2022, p. 283).

Notas: Os países estão classificados em ordem decrescente da parcela de fontes iniciais do governo central.

(1) O ano de referência difere de 2019.



CAPÍTULO D

PROFESSORES, O AMBIENTE DE APRENDIZAGEM E A ORGANIZAÇÃO DAS ESCOLAS

O capítulo D do *Education at a Glance* apresenta indicadores sobre os recursos e a organização dos sistemas educacionais: professores, ambiente de aprendizagem e organização das escolas.

A presente publicação destaca indicadores que retratam características da organização dos sistemas de ensino no que se refere à carga horária mínima para as atividades de ensino e os salários iniciais estatutários dos professores na educação básica, além de apresentar alguns resultados da pesquisa sobre as trajetórias da formação docente e a entrada na carreira do magistério na rede pública dos países da OCDE e parceiros.

Apresentamos, ainda, indicadores sobre o perfil docente na educação superior, tendo em vista o foco do EaG 2022 nesta etapa de ensino.

ORGANIZAÇÃO DO SISTEMA DE ENSINO

Conforme apresentado no Gráfico 9, o número de horas anuais mínimas estatutárias estabelecidas para os professores das escolas públicas nas etapas da educação básica varia consideravelmente entre os países, porém com a tendência de diminuir à medida que o nível educacional aumenta. A carga horária varia mais amplamente no nível pré-primário, de 505 horas no México a 1.755 horas na Alemanha.

No Brasil, a carga horária mínima é de 800 horas para todas as etapas de ensino, conforme estabelecido pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação (Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996). No entanto, com a chamada “Reforma do Ensino Médio”, estabelecida pela Lei nº 13.415,

de 2017, essa etapa de ensino deve aumentar progressivamente sua carga horária para 1.400 horas, sendo que as redes de ensino precisam oferecer pelo menos 1.000 horas de carga horária anual (a ser implantada gradualmente em um prazo máximo de cinco anos, ou seja, até março de 2022).

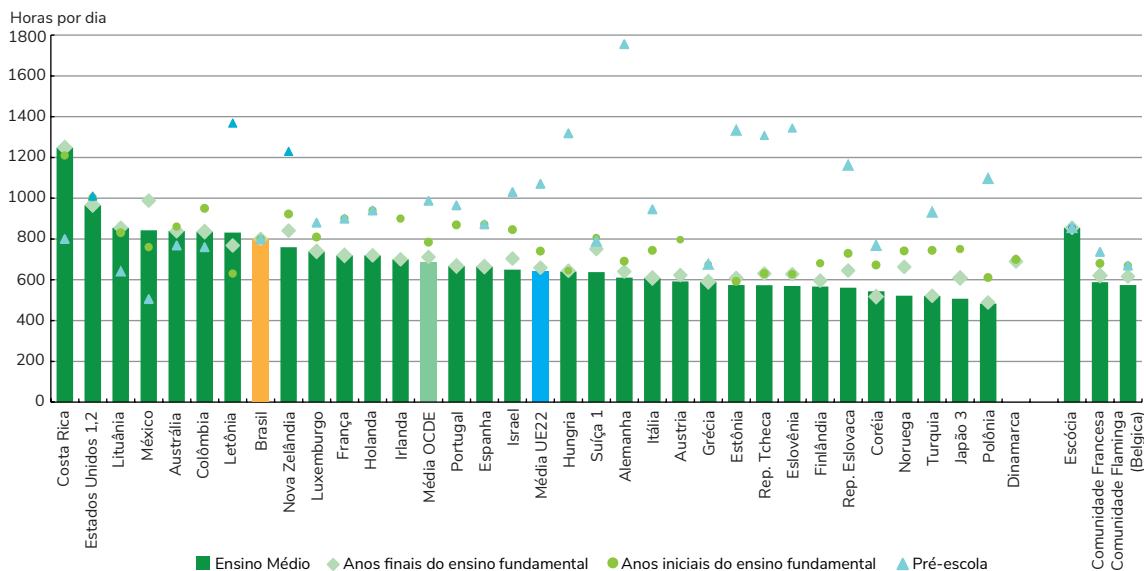


GRÁFICO 10
TEMPO DE DOCÊNCIA DOS PROFESSORES POR NÍVEL DE ENSINO (2021)

Fonte: OECD (2022, p. 350).

Notas: Tempo real de ensino (na Letônia, exceto no nível pré-primário).

- (1) O ano de referência difere de 2021. Consulte a tabela de origem para obter detalhes.
- (2) Tempo médio de ensino planejado em cada escola no início do ano letivo.
- (3) Os países/economias são classificados por ordem decrescente do número de horas de ensino por ano no ensino médio.

A carga horária de ensino mais os salários e o tamanho médio das turmas correspondem a indicadores-chave para atratividade da carreira docente.

O Brasil possui o menor salário estatutário inicial¹ anual na carreira docente da educação básica, equivalente a USD 14.345 PPP,² e está entre os cinco países que apresentam essa remuneração abaixo de USD 20.000 PPP (juntamente com Polônia, USD 19.622 PPP; Hungria, USD 17.048 PPP; República Eslováquia,³ USD 16.788 PPP; Letônia, USD 16.534 PPP). A média dos países da OCDE é USD 34.245 PPP, USD 36.099 PPP, USD 37.466 PPP e USD 39.020 PPP na pré-escola, anos iniciais e anos finais do ensino fundamental e ensino médio, respectivamente.

¹ A definição de salário estatutário adotada pela OCDE refere-se aos salários das tabelas oficiais/legais de remuneração dos países. Assim, no Brasil adotou-se como “salário estatutário inicial” o piso nacional do magistério estabelecido por meio da Lei nº 11.738 no ano de 2008. Essa lei estabeleceu o piso salarial para os profissionais do magistério público da educação básica, com base na qualificação mínima de nível médio na modalidade normal e jornada semanal de 40 horas.

² O ano de referência dos dados reportados difere entre o Brasil (2019) e demais países (2021). Em 2019, o valor do piso nacional foi de R\$ 2.557,54, equivalente a R\$34.103 anual, incluindo férias e 13º (USD 14.345 PPP).

³ Na República Eslováquia, os professores do pré-primário possuem salário estatutário inicial de USD 13.549 PPP, abaixo dos professores das demais etapas da educação básica, USD 16.788 PPP.

prática é ministrada ao mesmo tempo que os cursos de disciplinas acadêmicas) na formação de professores do ensino pré-primário aos anos iniciais do ensino fundamental. No entanto, para os professores do ensino médio, o modelo consecutivo, em que a formação pedagógica e prática vem após os cursos das disciplinas acadêmicas, é tão comum como o modelo concorrente.

O Brasil experimentou uma mudança recente nas diretrizes do conteúdo dos cursos de formação inicial de docentes com a publicação da Base Nacional Comum de Formação Inicial de Professores da Educação Básica, instituída pela Resolução 2, de 20 de dezembro de 2019. De acordo com o artigo 15 da Base Nacional, a carga horária de 800 horas para a prática pedagógica deve estar intrinsecamente articulada, desde o primeiro ano do curso, com os estudos e prática prevista nos componentes curriculares, e devem ser distribuídas em 400 horas de estágio supervisionado, em ambiente de ensino e aprendizagem; e 400 horas, ao longo do curso, entre os conhecimentos científicos, educacionais e pedagógicos que fundamentam a educação e suas articulações com os sistemas, as escolas e as práticas educacionais e, a aprendizagem dos conteúdos específicos das áreas, componentes, unidades temáticas e objetos de conhecimento da Base Nacional Comum Curricular (BNCC).

PERFIL DOS PROFESSORES DA EDUCAÇÃO SUPERIOR

Um importante indicador para monitoramento da oferta de professores no sistema de ensino é a distribuição etária desses profissionais, tendo em vista a necessidade de reposição daqueles que se aposentam. Enquanto na média dos países da OCDE, 40,4% dos docentes da educação superior possuem mais de 50 anos de idade, no Brasil esse percentual é de 30,9%.

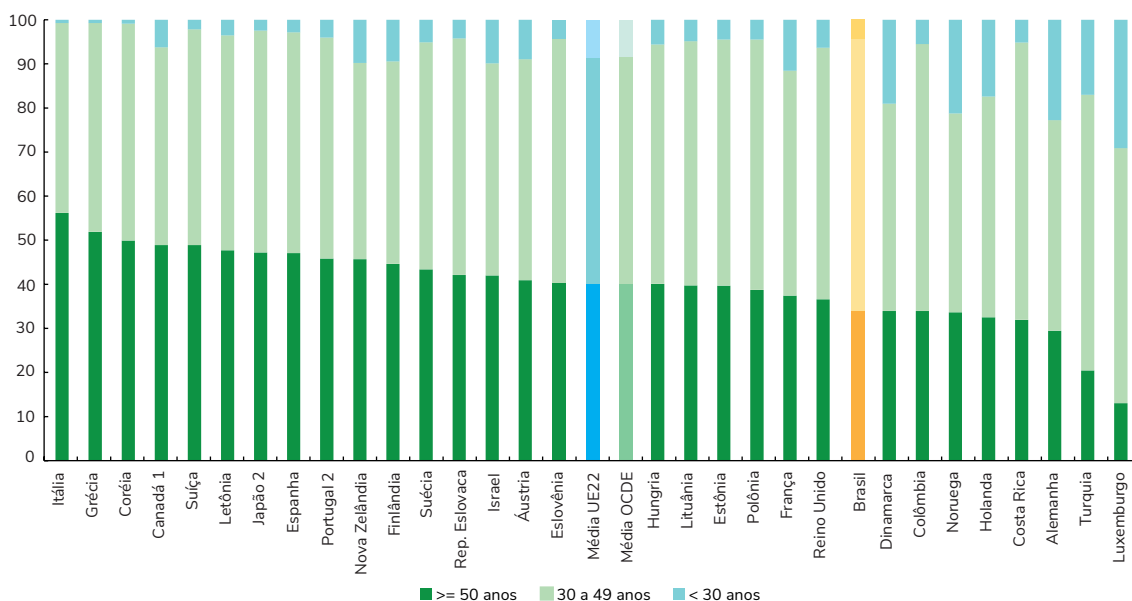


GRÁFICO 11

PERFIL ETÁRIO DOS PROFESSORES DA EDUCAÇÃO SUPERIOR

Fonte: Elaboração própria com base na OECD (2022).

Os homens são maioria entre os professores da educação superior nos países da OCDE. No Brasil as mulheres representam 46%, percentual superior à média dos países da OCDE de 45%, porém o crescimento observado da participação feminina no corpo docente, desta etapa de ensino, não foi observado entre 2015 e 2020 no Brasil.

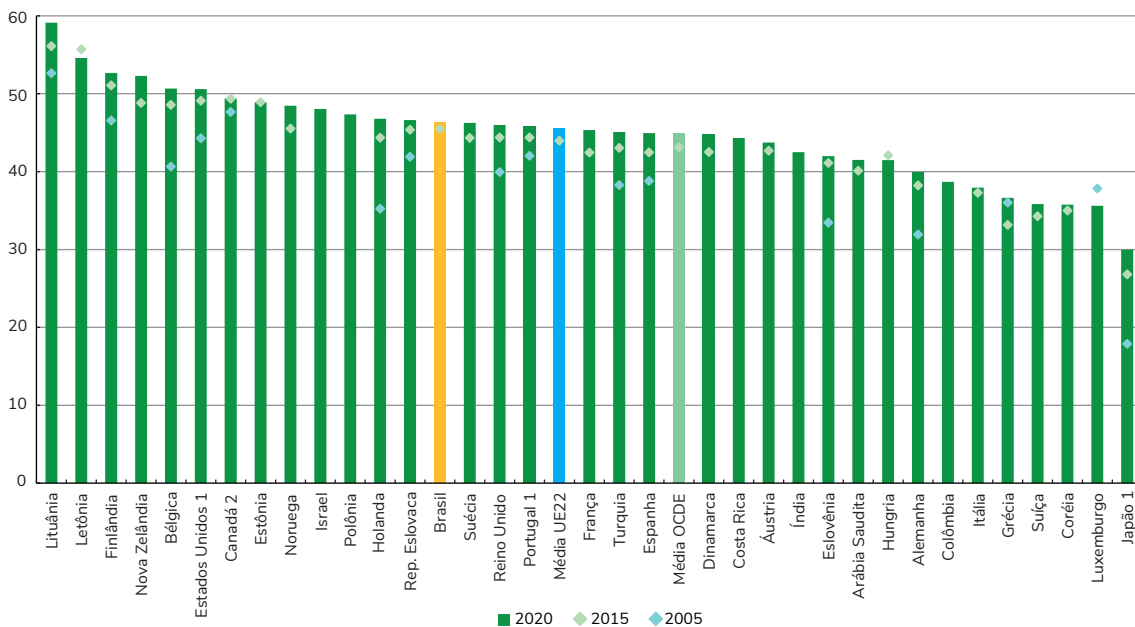


GRÁFICO 12
PERCENTUAL DE MULHERES ENTRE OS DOCENTES NA EDUCAÇÃO SUPERIOR
(2005, 2015 E 2020)

Fonte: Elaboração própria com base na OECD (2022)

Nota: Os países estão classificados em ordem decrescente da proporção de professoras do sexo feminino entre o corpo docente do ensino superior em 2020.

REFERÊNCIAS

ORGANISATION FOR ECONOMIC CO-OPERATION AND DEVELOPMENT (OECD). *Education at a glance 2022*: OECD indicators. Paris: OECD Publishing, 2022. Available in: <<https://www.OECD.org/education/education-at-a-glance/>>. Access in: 19 oct. 2022.



CC BY-NC

VENDA PROIBIDA

